

JE

Jornal dos Economistas

Nº 369 Maio de 2020

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

A maior crise do Capitalismo?

Bruno De Conti, José Rubens Damas Garlipp, Daniel Negreiros Conceição, Marco Antonio Rocha, José Carvalho de Noronha, Leonardo Casto e Ernani Teixeira Torres Filho debatem a crise econômica mundial desencadeada pela pandemia da Covid-19 e já comparada à Grande Depressão nos anos 30.



Fórum analisa orçamento de pesquisa e inovação no Estado do Rio de Janeiro

A maior crise na história do Capitalismo?

O tema da edição não poderia ser outro: a imensa crise econômica mundial, já comparada à Grande Depressão.

Bruno De Conti, da Unicamp, ressalta que a intrínseca e insaciável necessidade de expansão do capital não autoriza o tempo de não produção, mesmo que as verdadeiras necessidades humanas estejam todas contempladas. Esse vírus nos ensina que o capitalismo é a verdadeira ameaça para a humanidade.

Daniel Conceição, do Ippur/UFRJ, defende que a mudança de paradigma para o mundo pós-coronavírus é o reconhecimento de que é possível e desejável expandir o gasto público deficitário, enquanto houver oportunidades de mobilizar novas capacidades produtivas.

Rubens Garlipp, da UFU, assevera que a pandemia torna explícita a mais severa das comorbidades: o funcionamento devastador de um capitalismo globalizado, financeirizado e precarizador. É uma pura necessidade de sobrevivência encontrar formas de reprodução social para além da socialização totalitária do valor.

Marco Antonio Rocha, da Unicamp, alerta para a destruição das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, que não têm condições de atravessar a quarentena. A conjuntura histórica criou uma situação sem precedentes, que deverá ser enfrentada sem dogmatismo e com medidas extraordinárias.

José Noronha e Leonardo Casto, ambos da Fiocruz, questionam que mundo emergirá da crise. O mundo, menos provável, da cooperação internacional, demolição das políticas econômicas de “austeridade” e reforço de sistemas universais de saúde? Ou o desejado por uma parte de nossas elites, ansiosa por recuperar privilégios e pelo regresso das “senzalas livres” e trabalhos “uberizados”?

Ainda no contexto do desarranjo da economia mundial, Ernani Teixeira, do IE/UFRJ, comenta o acordo entre Opep, Rússia e, inusitadamente, EUA para tentar ressuscitar o preço do petróleo. Mas o preço deve permanecer abaixo do patamar pré-crise, uma má notícia para o Rio.

Em tempos em que a importância da Ciência ficou evidente, o Fórum analisa o orçamento de pesquisa e inovação no Estado do Rio, a partir das informações da Faperj e universidades estaduais.

Crise mundial	3
A coronacrise e a disfuncionalidade do sistema capitalista	
<i>Bruno De Conti</i>	
Crise mundial	4
Coronavírus e o fim do mito do Estado sem dinheiro para gastar	
<i>Daniel Negreiros Conceição</i>	
Crise mundial	6
A virulência de um capitalismo comórbido	
<i>José Rubens Damas Garlipp</i>	
Crise mundial	8
Para a reconstrução da economia pós-apocalíptica	
<i>Marco Antonio Rocha</i>	
Crise mundial	10
Covid-19: entre pandemias e endemias	
<i>José Carvalho de Noronha</i>	
<i>Leonardo Casto</i>	
Crise mundial	12
Petróleo: os EUA entram no jogo da Opep	
<i>Ernani Teixeira Torres Filho</i>	
Fórum Popular do Orçamento	14
Como anda a pesquisa no Estado do Rio de Janeiro?	

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, às segundas de 9h às 10h e de terça a sexta de 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 kHz ou na internet: www.aepet.org.br.

Conselho Editorial: Sidney Pascounto da Rocha, Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gustavo Souto de Noronha, Marcelo Pereira Fernandes, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares, Wellington Leonardo da Silva, Paulo Sergio Souto, João Manoel Gonçalves Barbosa e José Ricardo de Moraes Lopes. **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro. **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda-ME (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866). **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (rossana.henriques@gmail.com). **Ilustração:** Alledo. **Revisão:** Bruna Gama. **Fotolito e Impressão:** Edigráfica. **Tiragem:** 15.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal. **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20040-906
Telefax: (21) 2103-0178 – Fax: (21) 2103-0106
Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Flávia Vinhaes Santos. **Vice-presidente:** Sidney Pascounto da Rocha. **Conse-**

Iheiros Efetivos: 1º TERÇO: (2020-2022) Arthur Camara Cardozo, Marcelo Pereira Fernandes, Sidney Pascounto da Rocha - 2º TERÇO: (2018-2020) Antônio dos Santos Magalhães, Flávia Vinhaes Santos, Jorge de Oliveira Camargo - 3º TERÇO: (2019-2021) Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Thiago Leone Mitidieri, José Antonio Lutterbach Soares. **Conselheiros Suplentes:** 1º TERÇO: (2020-2022) Gustavo Souto de Noronha, João Hallack Neto, Regina Lúcia Gadioli dos Santos - 2º TERÇO: (2018-2020) André Luiz Rodrigues Osório, Gilberto Caputo Santos, Miguel Antônio Pinho Bruno - 3º TERÇO: (2019-2021) José Ricardo de Moraes Lopes, Clicerian do Couto Oliveira.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – salas 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000. Tel.: (21) 2262-2535 Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192. Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Mandato – 2017/2020

Coordenação de Assuntos Institucionais: Antonio Melki Júnior, Cesar Homero Fernandes Lopes, Sidney Pascounto da Rocha (Coordenador Geral) e Wellington Leonardo da Silva.

Coordenação de Relações Sindicais: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, Gilberto Caputo Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, José Ricardo de Moraes Lopes.

Coordenação de Divulgação Administração e Finanças: André Luiz Silva de Souza, Gilberto Alcântara da Cruz, José Antonio Lutterbach Soares e Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos.

Conselho Fiscal: Jorge de Oliveira Camargo, Luciano Amaral Pereira e Regina Lúcia Gadioli dos Santos.

A coronacrise e a disfuncionalidade do sistema capitalista

Bruno De Conti*

Não nos enganemos, a crise é total, e assim deve ser encarada. As incertezas relativas ao coronavírus não se restringem às questões epidemiológicas, mas tocam dimensões psicológicas, sociológicas, comunicacionais, ambientais e, claro, econômicas. Nessa última esfera, o cenário é completamente sombrio. A contração econômica global está “contratada”, para usar o jargão dos investidores financeiros em pânico, restando dúvidas apenas quanto a sua profundidade e duração.

Ora, mas se a crise é total, suas revelações também são. No tocante à economia, o colapso desnuda aspectos muito relevantes do atual sistema. As urgências múltiplas têm exigido debates sobre o curto prazo, o que no campo da economia toma a forma das propostas e contrapropostas direcionadas ao salvamento das economias nacionais, das empresas, bancos e – se possível... – também dos trabalhadores. Esse debate é absolutamente fundamental e tem gerado polêmicas interessantes em muitos países. Insolitamente, instituições conservadoras, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de governos dos mais diversos matizes político-ideológicos – com uma excecrável exceção nos tristes trópicos – têm indicado a necessidade de pesadas políticas de intervenção, com estatização temporária de muitos fluxos de renda.

Por mais importantes que sejam esses debates imediatistas –

afinal, há milhões de pessoas correndo o risco de morrer de fome –, são igualmente necessárias as reflexões estruturais sobre o sistema econômico vigente e sua funcionalidade para a humanidade. Para tanto, algumas perguntas simples podem ser feitas: por que é um problema tão grande se as fábricas de calçados do mundo pararem sua produção por um, dois ou três meses? Há ainda tantos pés descalços no mundo? Certamente há, mas não por falta de sapatos já produzidos. Por que é tão grave que os *shoppings centers* fechem suas portas por alguns meses? E os salões de beleza? É bem verdade que há setores essenciais, relacionados a saúde, alimentação, provimento de água, eletricidade etc. Mas para todos os demais, por que a interrupção momentânea das atividades gera tanto estrago?

A parte mais superficial da resposta indicaria que o problema advém da divisão social do trabalho. Afinal, o operário de qualquer fábrica, o vendedor e o cabeleireiro não têm condições de produzir seu próprio alimento, dependendo da renda para adquiri-lo no mercado. Esse ponto é verdadeiro, mas insuficiente para captarmos a essência do problema, já que poderia ser facilmente resolvido em sociedades baseadas no princípio da solidariedade.

O ponto fulcral para o entendimento do nó em que hoje nos encontramos é que o sistema econômico capitalista não funciona com base no atendimento às necessidades humanas. Ele tem uma lógica própria, sem qualquer rela-

ção com o bem-estar da humanidade. Essa lógica exige não apenas a manutenção da produção, mas o seu constante aumento, ilimitadamente. Nesse moto-contínuo, a destruição do velho e sua substituição pelo novo é também necessária, e para isso ajudam os modismos, a obsolescência planejada e mesmo (por que não?) as guerras.

De fato, a intrínseca e insaciável necessidade de expansão do capital simplesmente não autoriza o tempo de não produção. Mesmo na eventualidade de que as verdadeiras necessidades humanas – por mais discutível que possa ser esse rol – estejam todas contempladas, a não produção gera crise. Ou seja, essa interrupção temporária da produção (excetuados, repita-se, alguns setores) não deveria ser mortal para o ser humano. No entanto, ela agride frontalmente o capitalismo e, mediada pelos distúrbios desse sistema, torna-se mortal aos seres humanos.

Outra demonstração disso é que o atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas – resultante, aliás, do próprio desenvolvimento capitalista – permitiria que as necessidades humanas fossem satisfeitas com tempos cada vez maiores de não produção. Exatamente por isso, Keynes profetizou que a geração dos seus netos poderia trabalhar apenas duas ou três horas por dia. O erro nesse exercício de futurologia não poderia ter sido maior, não propriamente por equívocos nas projeções de avanço da produtividade, mas sim porque a proposta fere esse elemento central do siste-



ma que é a irrefreável necessidade de expansão e valorização do capital. Todo o sistema é concebido para satisfazer a essa necessidade e não às necessidades humanas.

Em tempos de *fake news*, a experiência concreta é a melhor fonte de informações. Quando a humanidade se vê diante de duas premissas, tratar seus doentes e permitir que boa parte da população mundial fique temporariamente em casa, o que vemos é que o atual sistema não permite sucesso em nenhuma das frentes – não por falta de condições materiais, mas por uma lógica que ignora necessidades humanas. Logo, o que esse vírus nos ensina, de várias maneiras diferentes, é que o capitalismo é disfuncional para a humanidade. Mais do que isso, ele sim é a verdadeira ameaça para a humanidade.

* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica da mesma universidade.

Coronavírus e o fim do mito do Estado sem dinheiro para gastar

Daniel Negreiros Conceição*

Depois de anos calados assistindo ao tratamento inadequado de nossas moléstias macroeconômicas, muitos economistas decidiram denunciar os malefícios da austeridade fiscal e do combate cego ao endividamento público. Como médicos medievais, gestores macroeconômicos de inspiração ultraliberal vinham tratando recessões econômicas com o equivalente macroeconômico da sangria de pacientes anêmicos. Enquanto os sintomas da anemia econômica eram menos severos, a maioria dos economistas parecia disposta a dar chance aos pacotes de ajuste fiscal que supostamente controlariam o endividamento estatal.

Foi o colapso econômico trazido pela pandemia do coronavírus que finalmente fez com que os economistas sensatos ao redor do mundo mudassem de ideia. A verdade é que a natureza de nossas economias capitalistas não mudou, mas a pandemia tornou os seus aspectos menos convenientes dolorosamente evidentes. Se antes a consequência da austeridade fiscal era a recessão e o desemprego, agora a remoção pelo Estado de demanda e renda de uma economia já maltratada pela pandemia seria inaceitavelmente devastadora.

Há três principais desafios impostos pela pandemia. O primeiro deles é a própria pandemia, seus efeitos sobre a saúde da população e a ameaça de colapso do sistema de saúde. O segundo é o impacto material da pandemia sobre a produção de bens e serviços, oca-

sionado pela quebra de elos produtivos e pelo confinamento de parte da população trabalhadora. O terceiro é a depressão econômica, o desemprego e a perda de renda por grande parte da população. Esta depressão pode persistir durante muito tempo, mesmo depois que a pandemia tiver sido materialmente superada.

Diante destes desafios, não é mais cabível defender que governos centrais sejam fiscalmente restritos, como se fossem donas de casa ou empresas. Ao mesmo tempo em que suas receitas tributárias cairão tremendamente, os governos de todos os países precisarão aumentar substancialmente os seus gastos para enfrentar a pandemia (para construir hospitais de campanha, contratar médicos, adquirir equipamentos, testes diagnósticos e remédios, etc.), para salvar da miséria a parte da população sem renda, para dar sustento financeiro aos governos estaduais e municipais, para direcionar a reconfiguração produtiva da economia etc.

Felizmente, mesmo onde a aversão ao endividamento público beirava o fanatismo (como na Alemanha) a necessidade urgente de combater a pandemia e a depressão econômica fizeram com que o grande segredo sobre o gasto público fosse finalmente revelado: governos centrais sempre podem aumentar os seus gastos, independentemente da arrecadação de impostos, através da emissão monetária/endividamento estatal.

O que poucas pessoas sabem é que governos centrais em todo o mundo já gastam emitindo/

criando moeda. Isso é uma realidade semântica. Cada pagamento realizado pelo governo central se dá através da criação de créditos numa conta corrente de um banco comercial. Por definição, isso representa a criação de moeda (aumento do estoque de moeda na economia). Já o recebimento de impostos pelo governo representa a destruição de moeda, uma vez que se dá pela redução de um crédito em conta corrente num banco comercial. Embora as variações do saldo da conta única do Tesouro (créditos do Tesouro contra o Banco Central que aumentam quando o governo recebe impostos e diminuem quando ele faz pagamentos) criem a ilusão contábil de que há fluxos monetários entre o governo e a população, como o saldo da conta única do governo não se enquadra na definição de moeda adotada por economistas, cada pagamento pelo governo central deve ser indubitavelmente enxergado como uma operação criadora de moeda e cada imposto recolhido pelo governo deve ser enxergado como uma operação destruidora de moeda.

Portanto, quando dizemos que será necessário financiar o gasto público pela emissão monetária/endividamento estatal, o que queremos dizer precisamente é que, como será necessário aumentar substancialmente o gasto do governo central ao mesmo tempo em que cairá muito a arrecadação de impostos, desaparecerá completamente a ilusão contábil de que o governo central arrecada tributos ou toma empréstimos junto à população para obter o dinheiro



com que realiza os seus gastos. O governo central criará muito mais moeda fazendo pagamentos do que destruirá coletando impostos, e a consequência contábil da diferença persistente entre gastos públicos e arrecadação tributária será o aumento do endividamento do setor público, inicialmente na forma das próprias reservas bancárias (créditos contra o Banco Central) e secundariamente na forma de dívidas remuneradas do Tesouro Nacional, à medida que o Banco Central fizer o enxugamento da liquidez em excesso no sistema financeiro para manter na meta a taxa de juros referencial.

É importante ressaltar que o aumento do endividamento público em si não é um problema para o governo (uma vez que este poderá sempre pagar o que deve aos seus credores através da criação de moeda) e certamente não é um problema para a população (que, na ausência de uma piora na balança comercial, se torna agre-

gradamente mais rica quando o governo se torna mais endividado).

A pergunta natural que o leitor deve estar se fazendo é por que os governos ao redor do mundo não usaram suas capacidades de criar moeda para garantir o funcionamento ótimo de suas economias e a oferta generosa de bens e serviços públicos de qualidade? A resposta mais simples é que uma série de normas legais tem sido imposta aos governos centrais para que se comportem como se de fato corressem o risco de falência financeira. Justamente por isso diversas medidas legislativas e jurídicas em caráter emergencial foram tomadas no Brasil nos últimos dias para relaxar ou suspender o conjunto de regras restritivas sobre a capacidade do governo brasileiro de elevar substancialmente o seu gasto deficitário e, conseqüentemente, o tamanho da dívida pública.

A principal lição ensinada pelos fatos recentes é que nunca faltou dinheiro ao governo para combater a estagnação econômica, o desemprego e para manter e/ou expandir a oferta de bens e

serviços públicos de qualidade. O que havia era um conjunto de regras fiscais disfuncionais, justificadas pela hipótese falaciosa de que o Estado brasileiro precisava combater o seu endividamento para evitar a falência financeira.

Uma preocupação mais razoável dos defensores de restrições fiscais é o risco do gasto deficitário excessivo e inflacionário. Primeiramente, é preciso apontar que a inflação de demanda não é a consequência inevitável do endividamento público ou do aumento do estoque de moeda na economia. Afinal, se qualquer expansão monetária fosse inevitavelmente inflacionária, todo e qualquer gasto de um governo central seria inflacionário, como também todo empréstimo oferecido por bancos comerciais, uma vez que são operações criadoras de moeda. Inflação de demanda é a consequência de muita demanda para pouco produto.

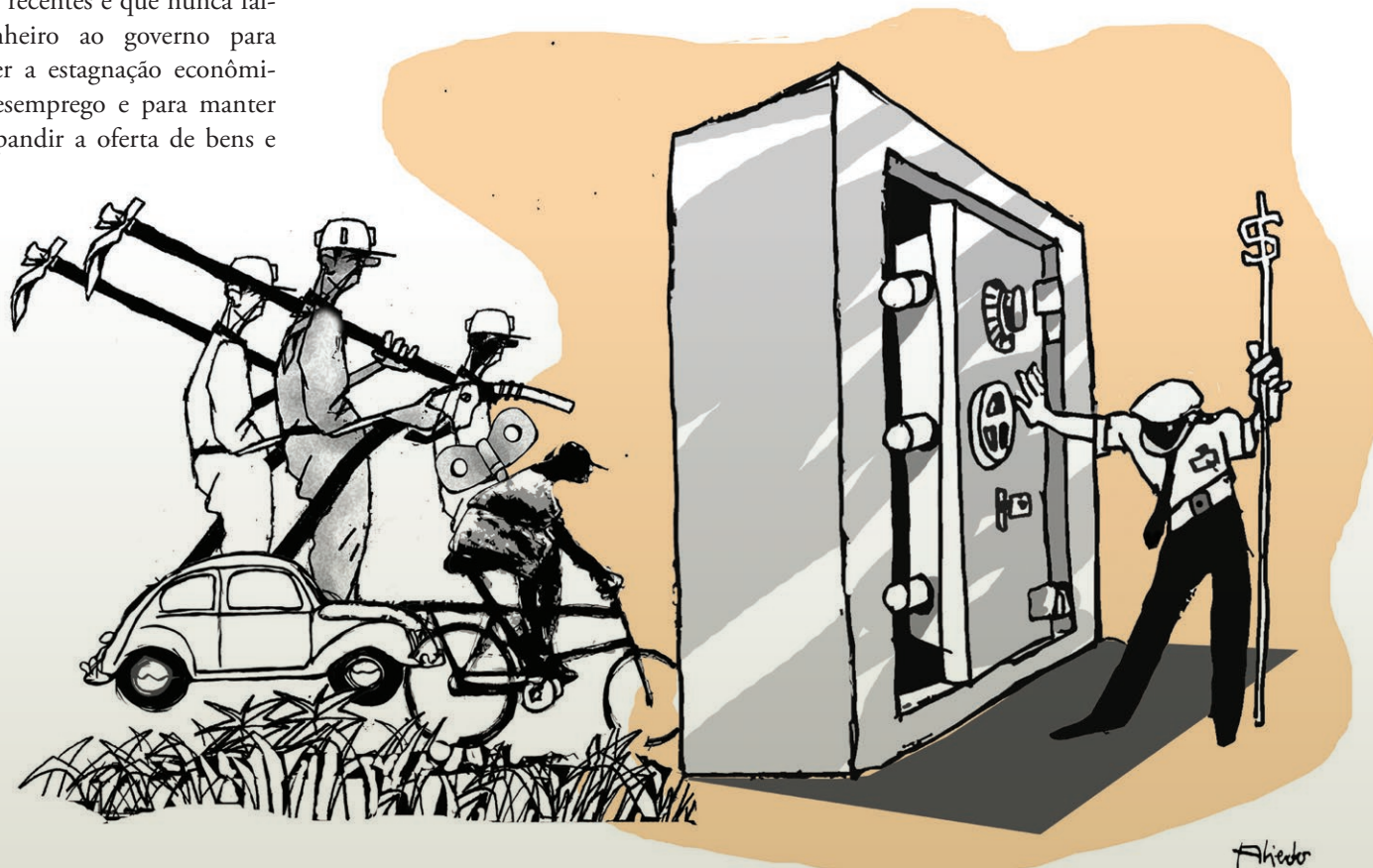
Não somente o gasto público deficitário, mas também a expansão do investimento e consumo privados podem ser inflacionários caso adicionem à demanda agregada mais do que a economia é capaz de adicionar ao produto total. O desafio que se coloca ao gestor macroeconômico é justamente dosar o estímulo fiscal e monetário para que a demanda agregada não seja insuficiente (resultando em desemprego), nem excessiva (resultando em inflação de demanda).

A mudança de paradigma necessária para o mundo pós-coronavírus é o reconhecimento de que é possível e desejável expandir o gasto público deficitário enquanto houver oportunidades de mobilizar novas capacidades produtivas. A pandemia do coronavírus deprimiu e continuará deprimindo o produto potencial da economia, mas deprimirá ainda mais a sua renda e a demanda agregada. Sem que o gas-

to público deficitário complemente suficientemente a demanda agregada, nossa economia deixará de produzir muito do que ainda pode e precisa ser produzido.

Não será possível descobrir fontes de financiamento já existentes na economia brasileira capazes de dar conta do tamanho do déficit fiscal necessário para evitar a depressão econômica neste momento. Novos tributos, confiscos de fundos, redução de gastos públicos menos essenciais, além de insuficientes e contraproducentes, reforçarão a ideia de que o governo central não pode ou não deve recorrer ao endividamento crescente. Mais do que nunca é necessário perder de vez o medo do endividamento estatal e gastar tanto quanto for necessário para salvar nossas economias.

* É economista e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur) da UFRJ.



Alêdo

A virulência de um capitalismo comórbido



José Rubens Damas Garlipp*

Deflagrada a pandemia do novo coronavírus, projeções e previsões sobre a contração da economia têm sido apresentadas (e revisadas) em ritmo similar ao da propagação da Covid-19. Em que pesem as limitações que todo processo em curso impõe à análise dos impactos dele decorrentes, é de se esperar que sejam devastadores. As interrupções na produção, o rápido colapso da procura e a ruptura das cadeias globais de valor apontam para uma contração, historicamente sem precedentes, das economias do próprio núcleo orgânico capitalista. E, em um capitalismo desigual e combinado, igualmente sinalizam severa contração nas economias periféricas.

A destruição da riqueza se alastra pelo mundo, considerando a atuação global dos investidores, e provoca elevação substancial do desemprego, da pobreza e da miséria.

O Relatório da Oxfam denuncia: a desigualdade global está em níveis recordes e o número de bilionários dobrou na última década. Os 2.153 bilionários do mundo têm mais riqueza do que 4,6 bilhões de pessoas – ou cerca de 60% da população mundial.

A OIT projeta a destruição de até 25 milhões de empregos em todo o mundo se os governos não agirem rapidamente para proteger os trabalhadores do impacto. Com base em diferentes cenários para o impacto da pandemia sobre o crescimento econômico global, o desemprego global estimado pela OIT aumentaria entre 5,3 milhões (cenário “baixo”) e 24,7 milhões (cenário “alto”). Em seu mais recente relatório, afir-

ma que estão sendo atingidos, direta ou indiretamente, 81% da força de trabalho do mundo (cerca de 2,7 bilhões de trabalhadores).

Os novos pedidos de seguro desemprego nos Estados Unidos saltaram 3,341 milhões na semana encerrada em 28 de março, para o novo recorde de 6,648 milhões, podendo ultrapassar os 15 milhões, em meio aos fortes efeitos adversos da pandemia na economia americana (Departamento do Trabalho dos EUA).

No Brasil de antes da pandemia, a taxa de desemprego era de 11,6% no trimestre encerrado em fevereiro (12,3 milhões de pessoas) e, de acordo com a Pnad Contínua, o total de pessoas fora da força de trabalho chegou a 65,9 milhões. O Banco Mundial aponta que, no Brasil, entre 2014 e 2018, a população que sobrevive em condição de miséria cresceu 67%.

Alemanha e França, as duas maiores economias da Europa, já apresentam quebras significativas do PIB, sinalizando uma recessão de proporções históricas. A União Europeia e seus estados nacionais anunciam fundos de bilhões de euros a serem destinados à manutenção dos empregos e da renda.

Mais de 90 países, quase metade dos 189 membros do FMI, solicitaram financiamento de emergência para responderem à pandemia.

A OMC estima queda do comércio mundial entre 13% e 32% em 2020. A OCDE considera sem precedentes a crise do coronavírus, a qual deve afetar atividades que representam 20% do PIB brasileiro, segundo análise atualizada. Nos países desenvolvidos, a parcela afetada chega a 35%.

Relatório da Unctad mostra que, nos dois meses desde que o vírus começou a se espalhar para além da China, países em desenvolvimento foram enormemente afetados em termos de fuga de capitais, aumento de juros dos títulos públicos, depreciação de moeda e perdas nos ganhos com exportações, incluindo queda dos preços de *commodities* e declínio com receitas do turismo. Por conta disso, propõe um pacote de 2,5 trilhões de dólares para estas nações e pacotes amplos de resgate numa moeda internacional (SDRs) muito mais amplos do que os swaps do FED; controle de capitais extensivos; suspensão temporária do pagamento das dívidas e perdão da dívida para países muito pobres.

Mas, por óbvio, não se trata de uma crise meramente econômica. O impacto mais devastador se expressa no número de mortes: 100 mil vidas ceifadas no mundo, em três meses, desde o primeiro registro em 11 de janeiro (Universidade Johns Hopkins).

Doenças epidêmicas não são eventos aleatórios que afligem as sociedades caprichosamente e sem aviso prévio, como bem assinala Frank M. Snowden (*Epidemics and Society: From the Black Death to the Present*, Yale University Press, 2019). Pelo contrário, toda sociedade produz suas próprias vulnerabilidades específicas e, para compreendê-las é necessário considerar a estrutura da sociedade, seu padrão de vida e suas prioridades políticas. Em suma, uma epidemia se torna complexa pelo fato de ser sempre um ponto de articulação entre as determinações naturais e sociais (Alain Badiou, Sobre la si-

tuación epidémica. Lobo Suelto).

Com efeito, vale notar que atravessamos uma quadra histórica, mundo afora, marcada pela desintegração dos “padrões” acordados de relacionamento social, pelo desmantelamento dos mecanismos de sociabilidade e proteção social e esvaziamento da cidadania. Trata-se do resultado último de uma franca submissão dos governos às políticas de austeridade. Política minúscula, vale dizer, orientada a interditar a ainda tímida construção da cidadania, na medida em que fuzila os direitos fundamentais e salvaguarda os interesses do rentismo financeiro, sob a guarda do Estado apropriado pelos interesses dos conglomerados transnacionais – mundializados e financeirizados – diante dos desafios impostos pelo redesenho da concorrência global.

Conforme avança a desoneração da responsabilidade do Estado para com a dimensão pública, maior a conseqüente atrofia da própria estrutura pública para fazer frente às crises, em franco desprezo ou desconhecimento acerca das experiências internacionais que conduziram países ao caos social e político.

David Stuckler e Sanjay Basu (*A Economia Desumana: porque mata a austeridade*. Lisboa: Editorial Bizâncio), apoiados em centenas de estudos, trazem as evidências, histórias reais de vidas humanas perdidas em virtude de escolhas econômicas desumanas. Ao tratarem dos impactos das políticas de austeridade nas condições de saúde dos países que enfrentaram algum tipo de crise, concluem que as “recessões ferem, mas a austeridade mata”. Os efeitos dos cortes nos respectivos orçamentos da seguridade social, em específico da área da saúde, dos países tornaram mais difícil a superação da crise e o resultado da política de austerida-

de deixou fortes marcas nos indicadores básicos da qualidade de vida da população.

A propósito, no Brasil, não analisado pelos autores, apenas na última década (2009-2020), os cortes de recursos resultaram na redução de cerca de 34,5 mil leitos de internação no SUS (de 460,92 mil para 426,38 mil leitos), bem como a imposição legal do teto dos gastos patrocinou, em apenas dois anos, a perda de 10 bilhões de reais no sistema de saúde. A isso se soma o fato de a medicina de emergência ser reduzida no setor privado pelo imperativo do “valor de ação”, de aumentar os dividendos e lucros a curto prazo, e no setor público pela austeridade fiscal e reduções nos orçamentos estaduais e federais destinados ao setor.

Fica claro que, sob a vigência do projeto neoliberal, valoriza-se o intercâmbio do mercado como uma ética em si mesma. Tributária de uma singular noção da natureza humana, essa ideia-força do neoliberalismo – de que o mercado, em toda e qualquer circunstância, sempre conduz à solução mais ‘eficiente’, sendo capaz de atuar como um guia para toda a ação humana – acaba por desafiar as formas tradicionais de soberania estatal, a divisão do trabalho, as relações sociais, as áreas de proteção social, as formas de vida e de pensamento, as atividades de reprodução, os vínculos e os hábitos sociais. Um verdadeiro retrocesso civilizatório, a promover o desmoronamento da sociedade.

Taxas de crescimento econômico medíocres, com concentração espúria da riqueza e aprofundamento das desigualdades, desemprego em níveis intoleráveis, empregos precarizados, pobreza e miséria crescentes, direitos fundamentais solapados, é este o resultado do fracasso das práticas neoliberais adotadas nas últimas quatro décadas, capazes de

produzir apenas desastres. Esta a expressão de um contundente projeto sociopolítico que, para além de uma resposta conjuntural no capitalismo contemporâneo, aspira prolongar-se no tempo e nos espaços sociais, com a pretensão de atravessar o conjunto social como um todo. Um pano de fundo desolador, uma perversa comorbidade incrustada em uma sociedade cansada de promessas não cumpridas e exaurida pelos enormes e inaceitáveis sacrifícios impostos à dignidade da vida – e à própria vida, em tempos de pandemia.

Tomo emprestadas as palavras de Alain Bihl (*Pour une socialisation de l'appareil sanitaire - le cas de la France. Europe Solidaire Sans Frontières*): “[T]anto a propagação do vírus responsável por esta pandemia como as medidas desigualmente eficazes tomadas pelos Estados para proteger as suas populações provam que a saúde é, antes de mais nada, um bem público: que o estado saudável ou mórbido do corpo de cada pessoa depende em primeiro lugar do estado saudável ou mórbido do corpo social, do qual o primeiro é dependente ou um simples apêndice, e da capacidade ou não do referido corpo social se defender, por si ou através das suas instituições políticas, contra fatores patogênicos, em particular desenvolvendo um sistema de assistência social eficiente e uma política de saúde pública que proporcione ao segundo os meios necessários e suficientes (humanos, materiais, financeiros). O fracasso prático das políticas neoliberais de saúde não deve apenas dar-nos a oportunidade de denunciar a falência dos seus fundamentos ideológicos (...) mas também de denunciar a responsabilidade dos governantes, presentes e passados, que conduziram essas políticas que nos levaram ao desastre atual.”

A pandemia da Covid-19 torna explícita, assim, a mais severa das comorbidades: o funcionamento devastador de um capitalismo contemporâneo globalizado, financeirizado e precarizador.

O usual arcabouço de políticas macroeconômicas anticíclicas mostra-se necessário, mas insuficiente frente à profundidade desta crise: desvalorização abrupta dos preços dos ativos, crescente ruptura dos mecanismos de mercado e desarranjo entre demanda e oferta das cadeias produtivas globais. É preciso, portanto, ir além do gasto público emergencial, uma vez que o conjunto de correções provisórias concebidas para gerir crises no curto prazo entra em colapso sob o peso dos desastres diários produzidos por uma ordem social em profunda instabilidade e anomia. Portanto, não há porque reivindicar a volta ao estágio pré-crise sanitária, não há razão para almejar a mera recuperação ou o restabelecimento das condições próprias de um capitalismo comórbido.

Torna-se evidente, pois, como assevera Tomasz Koniecz (*Coronakrise: Der kommende Absturz. Lower Class Magazine*, 26.03.2020), a necessidade de ultrapassar de modo emancipatório este sistema que se afunda na dissolução e na barbárie, cujos apologistas se transformam em sumos sacerdotes desse culto à morte. Em última análise, é uma pura necessidade de sobrevivência encontrar formas de reprodução social para além da socialização totalitária do valor. Esta é a única exigência política sensata que deve agora ser formulada em resposta ao desastre em curso.

* É economista, doutor em Ciências Econômicas pelo IE/Unicamp e professor titular do Ieri/UFU. Foi presidente da Ange - Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (1995-1999) e diretor do Ieri/UFU (2000-2007). jrgarlipp@ufu.br

Para a reconstrução da economia pós-apocalíptica

Marco Antonio Rocha*

Como já se tornou um lugar comum em tempos de isolamento social, o mundo em que vivíamos não estará mais lá quando voltarmos. A crise econômica provocada pela paralisação das atividades produtivas será sentida em todo o mundo com efeitos distintos para cada economia nacional, mas o fato é que certo grau de desorganização econômica será a realidade de quase todos os países no cenário pós-epidemia. No caso brasileiro, a profundidade dos efeitos será mediada, sobretudo, pelo estado atual da estrutura produtiva e de ocupação da economia brasileira, que deixa o país em uma situação de peculiar vulnerabilidade.

Para além de aspectos conjunturais, como o fato de quase 26 milhões de brasileiros estarem entre desocupados e subocupados e estarmos atravessando a pior crise econômica do período republicano, a longa crise do sistema industrial do Brasil criou uma condição de extrema vulnerabilidade provocada pelas transformações estruturais da economia brasileira ao longo das últimas décadas. O debate sobre a possibilidade de “reconversão industrial” para a produção de equipamentos médicos para o combate ao problema de saúde pública criado pela Covid-19 já ilustra as incertezas relativas à possibilidade de a economia brasileira dar resposta aos desafios colocados pela crise.

O simples debate sobre a capacidade da indústria brasileira de responder produzindo equipa-

mentos de relativa simplicidade ou de tecnologia facilmente replicada já é ilustrativo da dificuldade que haverá para a economia brasileira dar respostas sem depender de estímulos externos e sendo capaz de aproveitar os gastos autônomos para multiplicar os efeitos em termos de emprego e renda. Porém, não é só no conjunto da grande indústria que se encontram os problemas; há em toda a estrutura produtiva brasileira uma série de características que tendem a ampliar os efeitos que a crise da Covid-19 irá provocar.

O primeiro ponto relevante para se compreender as dificuldades que a economia brasileira enfrentará diz respeito à participação e características das micro, pequenas e médias empresas na economia brasileira. Em 2014, as atividades realizadas por microempreendedores individuais e por micro e pequenas empresas respondiam por cerca de 58% das pessoas ocupadas, trabalhando em níveis de produtividade significativamente díspares. Esse conjunto representa aproximadamente 97% das empresas formalmente registradas, que atravessam uma grave crise econômica desde 2015; em muitos casos, a migração para o “empreendedorismo” foi resultado do fim do vínculo formal durante a própria crise. Em conjunto com os informais, essas pessoas representam cerca de um terço das pessoas ocupadas no Brasil.

Nesse caso, aspectos conjunturais e estruturais interagem para formar um cenário preocupan-

te: na maior parte dos casos, essas empresas já possuem alto grau de endividamento e escassez de capital de giro, quadro agravado pela crise que já toma um lustro. Nesse cenário, temos uma situação em que uma parte imensa da estrutura empresarial brasileira simplesmente não possui condições de atravessar a quarentena sem estar, ao fim do processo, altamente comprometida financeiramente ao ponto de não ter como continuar a operar.

A demora em disponibilizar as linhas de auxílio necessárias e em volume adequado pode já encontrar essas empresas e autônomos em situação de inadimplência, com dívidas trabalhistas acumuladas e com dívidas atrasadas com fornecedores. A gravidade do quadro impõe especial cuidado em relação aos mecanismos necessários para evitar um completo colapso do sistema de micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais. Os impactos social e político não podem ser negligenciados: a crise deverá produzir uma desorganização completa da estrutura ocupacional brasileira, atingindo em cheio um conjunto de atividades formais em que a contabilidade da empresa e a contabilidade pessoal são uma coisa só.

A crise provocará uma desestruturação do conjunto das PMEs brasileiras que irá requerer a utilização de instrumentos voltados diretamente à redução do grau de endividamento de micro e pequenas empresas, mas também das famílias, com a participação ativa das instituições públicas. Em



seguida, será necessário viabilizar linhas de crédito para o reestabelecimento desse conjunto de atividades, sem o qual a recuperação do nível de emprego será muito lenta mesmo diante de certo ativismo fiscal. Será necessário um esforço ativo das instituições públicas de atendimento a micro e pequenas empresas e aos microempreendedores individuais para orientar e agilizar a reorganização dessas atividades.

Segundo levantamento realizado pela Serasa Experian, em 2019 o número de MPes inadimplentes alcançava 5,4 milhões; será preciso compreender que o alto nível de endividamento e o grande número de empresas com restrições de crédito é um bloqueio à operacionalização das políticas de recuperação econômica. Sem uma renegociação ampla dessas dívidas e a abertura de novas linhas com crédito subsidiado, não haverá como reorganizar a estrutura de ocupação da socieda-

de brasileira, dado o que restou de nossa estrutura produtiva.

O segundo ponto é relativo ao andar de cima da estrutura empresarial brasileira, e aí, novamente, as questões estruturais e conjunturais se comunicam. Provavelmente, a crise econômica que virá após o fim do isolamento social acirrará as pressões protecionistas em um mundo em que o ritmo de crescimento do comércio mundial ainda deverá permanecer estagnado por um certo tempo. Com a perda de competitividade de longa data da indústria nacional e sem mecanismos de proteção adequados, o sistema industrial brasileiro pode avançar ainda mais rápido em seu processo de esvaziamento e desnacionalização.

Aqui temos outro tema de grande importância para a economia política da política industrial: será necessário recuperar a legiti-

midade política dos grandes instrumentos de fomento à indústria nacional – e, principalmente, garantir a capacidade de atuação do BNDES. Nesse sentido, deve-se levar em consideração que a conjuntura internacional irá impor ainda mais a necessidade da utilização intensiva de instrumentos de promoção da grande indústria, sem a qual também ficará difícil recuperar o conjunto de pequenas e médias empresas de maior produtividade.

O sistema industrial brasileiro já conta com um instrumento direto de atuação no mercado de títulos, o BNDESPar, com capacidade técnica e *know-how* para a atuação nos casos em que haja a necessidade de aquisição de títulos de dívida ou que requeira assumir participação na estrutura acionária para evitar a aquisição de empresas nacionais de grande porte

ou para manter seu equilíbrio econômico-financeiro. Ademais, será necessário definir, para além de estímulos de demanda, as diretrizes de política industrial, científica e tecnológica e viabilizar os mecanismos de coordenação e financiamento que permitam retomar uma estratégia de desenvolvimento da estrutura produtiva.

Desde 2016, a situação aponta justamente para o desmonte e para a restrição orçamentária dos mecanismos de fomento à indústria e de promoção ao desenvolvimento científico e tecnológico. Será necessário rever essa política em relação aos instrumentos públicos de suporte à indústria nacional para que a operacionalização da retomada do crescimento econômico seja possível. A situação será especialmente dramática para o setor de bens duráveis, que já concentra a maior retração

durante o período de quarentena, o que vai requerer também especial atenção para a recuperação do consumo doméstico.

Por outro lado, o consumo doméstico dependerá em muito da resolução do elevado grau de endividamento dos MEIs, micro e pequenos empresários, em geral ligados ao setor de serviços e profundamente afetados financeiramente pelo período de isolamento social. Nesse sentido, as medidas divulgadas são não só insuficientes, com em grande parte inadequadas ao problema conjuntural. As linhas disponibilizadas pelo BNDES, por exemplo, contemplam basicamente empresas que já possuem dívidas com o banco, além de uma linha de cerca de R\$5 bilhões para capital de giro. A aporte de capital de giro é oportuno, porém garante apenas uma sobrevivência em relação a uma situação que já era dramática antes da crise do Covid-19.

Devemos lembrar que toda crise também possui uma dimensão microeconômica que define seu padrão de disseminação e a diversidade de seus efeitos. As políticas de recuperação econômica devem compreender essas nuances, sem as quais perde-se muita eficiência na aplicação das medidas e no ritmo de retomada das atividades. A conjuntura histórica criou uma situação sem precedentes, que deverá ser enfrentada sem dogmatismo, com inventividade da utilização de instrumentos de política econômica e que compreenda que situações extraordinárias também requerem medidas extraordinárias.



* É professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (Neit-IE/Unicamp) e do Centro de Conjuntura e Política Econômica (Cecon-IE/Unicamp).

Covid-19: entre pandemias e endemias

José Carvalho de Noronha*
Leonardo Casto**

Em meio ao debate das medidas de enfrentamento da Covid-19, particularmente no Brasil, forjou-se uma controvérsia falaciosa sobre se as pessoas deviam morrer da doença ou das medidas empregadas para contê-la. Estes bradavam, e ainda bradam, “que venham saturação dos serviços e mortes porque os danos causados à economia acabarão produzindo mais mortes!” Essas vozes foram progressivamente se tornando minoritárias e praticamente todos os países do mundo passaram, cedo ou tarde, a adotar as medidas de distanciamento social a despeito de seu impacto na redução das atividades econômicas. Ninguém ousou, apesar de declarações sucessivas do Presidente do Brasil, testar o impacto econômico da pandemia descontrolada. Mesmo países como a Itália e Espanha, que retardaram a adoção de medidas restritivas, não fugiram a elas. Combinaram-nas com um salto expressivo de doentes e mortos.

Pandemias, como a Covid, têm como atributo central a súbita e veloz propagação por múltiplas partes do mundo num período do tempo e que tenham ultrapassado um nível habitual que seria considerado “esperado”. As mais conhecidas no passado foram a peste bubônica, a varíola, o cólera, a gripe “espanhola” e, mais recentemente, a influenza H1N1, ebola e aquela mais duradoura, HIV/AIDS. As que registraram maiores saldos de mortes foram a Peste Negra (1346-53, 75 a 200 milhões), a gripe espanhola (1918, 20 a 50 milhões) e



a ainda em curso HIV/AIDS (em seu pico, 2005-12, 36 milhões).

No exato momento, 23 de abril, em que se escrevem essas notas, com a pandemia da Covid em curso ascendente acelerado, foram notificados mais de 2,6 milhões de casos e mais de 180 mil mortes no mundo. Não sabemos, ainda, seu curso final, mas o Imperial College de Londres, em março, estimou um total cerca de 40 milhões de mortes caso não fossem adotadas medidas de mitigação, que poderão ser reduzidas para 1,86 milhão se as medidas forem bem-sucedidas. Para o Brasil, as estimativas foram, respectivamente, de 1,1 milhão sem mitigação, e 44,2 mil com medidas bem-sucedidas. Parece mais que suficiente essa gigantesca diferença para justificar a adoção de medidas supressivas.

Mas há outros contrapontos a serem considerados. Um estudo publicado em março sobre as implicações de intervenções não far-

macêuticas com dados da gripe de 1918 nos Estados Unidos revelou fatos extremamente relevantes (Correia et al, 2020). Ao analisarem os dados de mortalidade, constataram que as áreas mais expostas experimentaram um agudo e persistente declínio na atividade econômica. A produção industrial caiu 18%, provocados tanto pelo lado da oferta quanto do lado da demanda. Ao compararem os efeitos das intervenções não farmacêuticas nas diferentes cidades, constataram que as cidades que intervieram mais agressiva e precocemente não tiveram pior desempenho e, além disso, cresceram mais rapidamente após a pandemia. Afirmam que as intervenções não farmacêuticas não apenas reduzem a mortalidade como mitigam as consequências econômicas adversas da pandemia.

As pandemias, quando as enfermidades globais são assim denominadas, têm uma outra característica a justificar esse apodo:

elas, grosso modo, não poupam os países ricos nem os ricos dentro dos países. A propagação do coronavírus no Brasil bem ilustra: vem do exterior e se espalha no Rio a partir da Zona Sul e Barra, e em São Paulo, a partir de Pinheiros. Como disse uma moradora da periferia do Rio, “essa doença que a Zona Sul trouxe pra gente”. Em tempos passados houve a pólio, que já se foi, e a AIDS, que persiste. Se isso é verdadeiro, também é verdade que elas agridem mais os pobres e remediados.

Senão vejamos. As medidas de isolamento são implementadas de maneira estratificada. A elite está até mesmo fugindo de seus sobrados e se refugiando em suas casas-grandes ou casas de veraneio ou férias, com sua estrutura de abastecimento, serviços e recreação mantidos. Suas reuniões virtuais afetivas e de negócios asseguradas por redes de internet de alta velocidade. A classe média das metrópoles anda se confrontando com jornadas diuturnas em apartamentos de metragem limitada, aulas suspensas, suprimentos dificultados. Os “batalhadores” (conforme a expressão de Jessé Souza) com seus empregos sendo destruídos e seus direitos suprimidos a pretexto de medidas compensatórias. A “ralé”, termo cunhado por Jessé para denominar os que nada ou pouco têm, a contar migalhas e a buscar os 600 reais dos três meses de auxílio compensatório, sem saber como serão os dias de amanhã.

Adocendo, nossas elites estarão cobertas pelos seus planos executivos de saúde que garantirão acesso, se necessário, aos quartos e leitos de UTI dos melhores hospitais da Zo-

na Sul e Barra, no Rio, ou no entorno da Paulista e Morumbi, em São Paulo, e seus equivalentes nas outras cidades de maior renda. As probabilidades de sobrevivência dessa gente serão dez vezes maiores que daqueles que se aglomerarem nos hospitais que atendem exclusivamente ao SUS. Os beneficiários de planos intermediários, cerca de 20 milhões de brasileiros, terão que honrar o pagamento de suas mensalidades, agora sem a contraparte patronal, para disputar vagas em leitos e UTIs de hospitais de menor capacidade e qualidade de atendimento. Atualmente, início de 2020, a razão de leitos de UTI disponíveis para quem não tem plano de saúde é cerca de três vezes menor do que para os que têm planos (10,6 vs. 33,6 leitos por 100 mil habitantes). Já apareceram os primeiros estudos comprovando a iniquidade agravada pela Covid. Com a eclosão da pandemia em Nova Iorque, os dados até o momento revelam que, como afirmamos, não só a incidência como a letalidade estão sendo maiores entre negros e latinos, que compõem a maioria da população mais pobre da cidade.

Ocorre que a pandemia surge e se dissemina onde o mundo, e o Brasil mais recentemente, simplesmente ignorava ou subestimava suas tragédias em curso. Não eram pandemias, por serem “permanentes” e atingirem predominantemente países pobres e pobres em países ricos, ganham a denominação de “endêmicas”. Alguns exemplos que, passada a Covid, continuarão a exibir seus números anuais de vidas ceifadas, aumentados pela depressão econômica pós-Covid, que não provocavam maiores apreensões ou angústias: infecções respiratórias, 2,5 milhões; diarreias, 1,5 milhão; tuberculose, 1,5 mi-

lhão; HIV/AIDS, 1 milhão; deficiências nutricionais, meio milhão. Apenas para essas condições e algumas outras, para as quais a medicina e a saúde pública dispõem de terapêuticas eficazes, poderíamos evitar anualmente 10 milhões de mortes. Acrescentando aquelas diretamente provocadas pelo modo de vida do homem, tais como acidentes de trânsito e violência intencional (1,5 milhão cada), alcançaríamos 13 milhões de mortes endêmicas e “invisíveis”. Em países pobres e de pobres em países remediados e ricos.

É difícil estimar impactos da pandemia sobre a atividade econômica. A atual economia globalizada forma um sistema complexo amplamente interconectado e interdependente, com grandes cadeias produtivas e mercados integrados em nível transnacional. A interrupção de um simples elo dessas cadeias traz efeitos em cascata. O surgimento do coronavírus na nova “fábrica do mundo”, a China, paralisou setores industriais estratégicos com impacto muito além de suas fronteiras. A expansão pandêmica do vírus afetou outros países e regiões industriais na Europa, tendo chegado há poucas semanas à América. As consequências podem ser devastadoras.

O enfrentamento do vírus por si só coloca desafios imensos: mobilizar recursos humanos, ampliar rapidamente a infraestrutura hospitalar, fortalecer os sistemas de vigilância, providenciar insumos e equipamentos – o que significa compras emergenciais e importações de bens que escasseiam devido ao aumento inesperado da demanda internacional e se tornam frequentemente objeto de disputas desleais em que o “respeito aos contratos” torna-se relativo. Não

menos importante, é preciso encontrar meios de refinanciamento emergencial dos sistemas públicos de saúde há décadas desarticulados pelas políticas de contenção fiscal. Tudo isso em uma corrida angustiante contra o tempo.

O adoecimento e morte de um grande número de pessoas, a pressão sobre os serviços de saúde, assim como as medidas supressivas mais ou menos drásticas, por si só afetam os níveis de atividade econômica. As incertezas e instabilidades geradas pela pandemia – incerteza quanto à sua duração e impacto e quanto ao tempo de manutenção de medidas protetivas; dúvidas quanto à possibilidade de reincidência da própria virose; emergência de novos patógenos com poder destrutivo análogo e, finalmente, incerteza quanto ao tempo de restabelecimento da própria economia e a demanda futura por bens e serviços – influenciarão a economia global de forma duradoura, afetando os níveis de investimento e de emprego, especialmente nos países em desenvolvimento.

A conjuntura aberta pela pandemia obrigará a uma revisão radical da ortodoxia atual orientada para o “equilíbrio” das contas públicas. O aumento inevitável dos níveis de endividamento e inadimplência de empresas e famílias torna ineficazes medidas restritas à oferta de crédito. Impressiona, embora não surpreenda, que próceres menos respeitados da ortodoxia, alguns deles no governo federal, insistam no discurso de austeridade fiscal contra todas as evidências e constrangimentos e quando os países “liberais” no mundo “desenvolvido” caminham na direção oposta. Na ausência de abertura de espírito e inteligência, serão vencidos pela

necessidade.

A pandemia pode ter consequências imprevisíveis caso não sejam tomadas medidas emergenciais de política econômica: suspensão de restrições fiscais, programas de garantia de renda, investimento estatal direto e ampliação da base monetária.

Qual será o desfecho da Covid-19? Impossível prever, porém dois caminhos já estão delineados: um mundo mais fraterno e solidário ou mais selvagem e fratricida. O primeiro caminho, pelo qual estamos reunindo experiências generosas de cooperação internacional e demolição das políticas econômicas da chamada “austeridade”, acompanhadas de reforço de sistemas universais de saúde, é promissor. Lamentavelmente a ordem mundial contemporânea não lhe dará muito crédito e viabilidade. Os Estados Unidos, vitoriosos após a gripe “espanhola”, duas grandes guerras, com derrotas parciais em poucas das guerras que enfrentou ou provocou desde o final do século XIX, não renunciará a seu papel de potência hegemônica do XXI. Uma parte de nossas elites está ansiosa por voltar aos mocambos, recuperando privilégios perdidos; anseiam pelo regresso das “senzalas livres” em cortiços, favelas, conjuntos habitacionais, trabalhos não regulados, “uberizados”, sem proteção salarial ou securitária. Teremos força de construir um Estado Social igualitário ou caminharemos para a barbárie?

* É médico sanitário, coordenador executivo da iniciativa Brasil Saúde Amanhá da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e conselheiro do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - Cebes.

** É cientista social e analista da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz.

Petróleo: os EUA entram no jogo da Opep

Ernani Teixeira Torres Filho*

O petróleo americano (WTI) foi negociado, na segunda quinzena de março, a menos de 25 dólares por barril. Esse valor é menos da metade do preço vigente no início do mesmo mês. Essa queda mostra como a atual crise do petróleo chegou de forma intensa, rápida e inesperada, pegando desprevenidos investidores, produtores e consumidores. O mesmo aconteceu com os governos, que, naquele momento, estavam focados na epidemia do coronavírus.

Esse derretimento dos preços está longe de ser um fato novo. A indústria do petróleo sempre foi objeto de fortes ajustes de preços, sucedidos por longos períodos de relativa estabilidade. Nesse mercado, pequenos descompassos de 1 a 2% entre a oferta e a demanda são capazes de levar o valor do barril a níveis ínfimos ou em direção ao infinito. Nas depressões, o risco para os produtores torna-se insuportável, pelos elevados montantes investidos na exploração dos campos. Por isso, o setor já na sua infância se oligopolizou e passou a ser comandado pelas empresas monopolistas: inicialmente a Standard Oil de Rockefeller e posteriormente um cartel formado por umas poucas grandes empresas americanas e europeias.

A entrada dos governos na regulação do petróleo teve que esperar a Crise de 1929. A primeira iniciativa ocorreu nos Estados Unidos. O Texas era a Arábia Saudita da época e o governo estadual, com o beneplácito de Washington, passou a fixar cotas de produ-

ção e preços mínimos para evitar a concorrência excessiva. A iniciativa deu tão certo que foi mantida por cinco décadas. Com a globalização dos anos 80, o regulador americano perdeu relevância. Os EUA liberalizaram seus mercados ao mesmo tempo em que se tornavam fortes importadores. Com isso, o papel dos reguladores texanos foi, aos poucos, sendo, transferido para os países árabes, que, a partir dos anos 1960 e 1970, expropriaram as petroleiras estrangeiras e formaram um cartel, a Opep.

A organização adotou os mesmos regimes de cotas de produção e de preços mínimos usados pelos texanos. A grande diferença era que, agora, cabia à Arábia Saudita liderar o mercado. Ela assumiu esse papel pelo fato de ser, ao mesmo tempo: o principal centro de produção e exportação mundiais; deter os campos de menor custo de extração; e dispor da maior parte da capacidade ociosa de toda a indústria. Com o tempo, novos produtores se aliaram à Opep, principalmente a Rússia, 2º maior produtor mundial.

Recentemente, os Estados Unidos voltaram à liderança mundial, por força do aproveitamento do *shale oil*. No primeiro trimestre de 2020, a produção americana chegou a 13 milhões de barris/dia, a maior em todo o mundo. Essa expansão foi feita em detrimento do *market share* de russos e, principalmente, sauditas (Figura). Diferentemente desses dois países, o petróleo americano é inteiramente privado, mas tem condições de mobilizar o Congresso e o Executivo dos EUA, principalmente em



um ano de eleição presidencial.

Diante desse cenário, como podemos entender a atual crise do petróleo? O problema estourou no dia 5 de março, aparentemente devido à falta de acordo entre sauditas e russos sobre a distribuição dos novos cortes, em resposta à retração da demanda nos meses anteriores. A Opep e os russos já tinham reduzido sua produção em mais de 2 milhões de barris no ano passado e agora, para sustentar os preços, precisariam reduzir a produção em mais 1,5 milhão. Diante desse fato, a imprensa anglo-americana adotou uma visão simplista e paranoica. Tudo não passaria de uma manobra antiamericana da Rússia em resposta às sanções impostas pelos EUA após a invasão da Crimeia. Putin estaria assim promovendo a desestabilização do *shale oil*, aproveitando-se da fragilidade gerada pela queda conjuntural da demanda (coronavírus) e do alto endividamento das empresas.

Essa interpretação atende aos brios nacionalistas da opinião pú-

blica americana. Entretanto, escamoteia os movimentos estratégicos dos atores. Desde os anos 1980, os sauditas são periodicamente obrigados a colocar ordem no cartel para restaurar seu poder de mercado. Utilizam-se das suas vantagens competitivas para asfixiar os demais produtores e assim restaurar a disciplina. As fortes quedas nos preços são, assim, um instrumento de revitalização do poder do líder do cartel, após um período de estabilidade que normalmente custa aos sauditas uma parte expressiva de sua participação de mercado.

Quanto tempo pode demorar esse processo de ajuste? Essa pergunta não é de fácil resposta. Tudo vai depender da capacidade de os grandes ofertantes conviverem com uma situação de preços muito baixos. Nos anos 1980, essa demora levou o então vice-presidente americano, George Bush, político texano, a fazer uma visita ao rei da Arábia Saudita para ameaçá-lo com taxas de importações, caso os preços internacionais não se normalizassem de modo a atender os interesses dos produtores americanos. Trump voltou a fazer a mesma ameaça no início de abril.

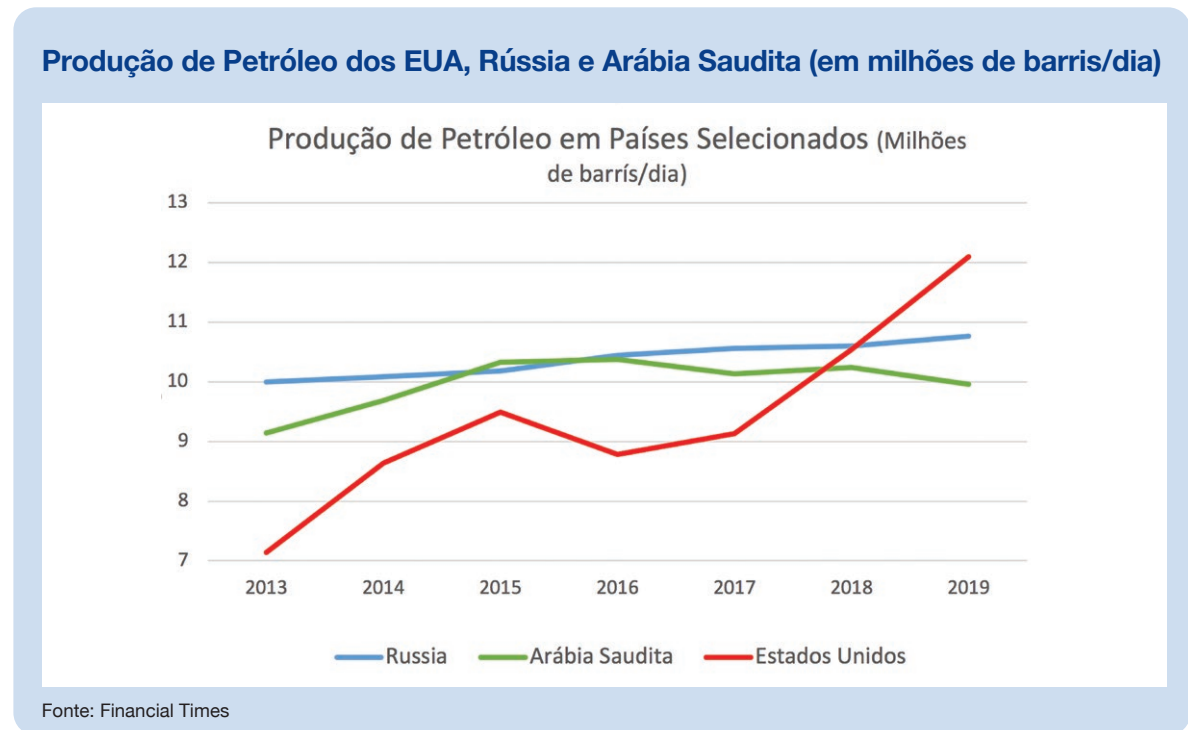
Existem dois limites que os países exportadores precisam administrar em uma crise como a atual. O primeiro é a capacidade de financiar suas contas externas. O segundo é tamanho do déficit fiscal doméstico, que, apesar de ser feito em moeda local, é muito dependente dos impostos provenientes da exportação de petróleo. Tudo indica que a Rússia e a Arábia Saudita têm capacidade de suportar essas duas pressões financeiras

por um prazo de até dois anos. No caso dos EUA, é diferente. Inexistem problemas fiscais e de financiamento externo. A dificuldade reside no fato de a indústria americana poder simplesmente quebrar, estrangulada por dívidas e esse desmonte ser visto como uma ameaça ao poder americano.

Há, portanto, um forte elemento político envolvido no ajustamento em curso do mercado de petróleo. Não se trata de um simples acordo entre empresas, mas de uma complexa negociação entre Estados. Se os governos saudita e russo já estavam explicitamente no jogo, faltava saber se Washington iria ou não coordenar os interesses dos seus produtores. O principal motivo por trás das decisões tomadas pela Rússia e pela Arábia Saudita nas últimas semanas era obrigar o governo americano se posicionar, diante do dilema de deixar sua indústria perecer. Era ingenuidade tomá-la como uma reação idiossincrática e impensada, do tipo “mais um complô de Putin”.

Em poucas semanas, Trump foi obrigado a entrar no jogo. O acordo anunciado na última Sexta-feira Santa, 10 de abril, foi impactante. Congregou Opep, russos e os governos do G-20 em torno a uma meta de reduzir a produção mundial, partindo de 10 milhões de barris/dia (10%), por dois meses, até 6 milhões em 2021. Os preços imediatamente voltaram a superar 30 dólares. EUA e Canadá – 1º e 4º maiores produtores – não se comprometeram especificamente com metas, mas o Secretário de Energia dos EUA afirmou que essa crise reduzirá a produção americana entre 2 e 3 milhões de barris/dia, pela própria ação do mercado.

Será que esse acordo vai funcionar? Tudo vai depender do poder desse novo cartel Opep+ con-



seguir coagir todos os produtores a cooperarem, o que normalmente é algo difícil e demorado. Agora, diferentemente do passado, árabes e russos esperam contar também com a capacidade coercitiva do poder financeiro e militar americano. Trata-se de algo inédito na história do cartel e que pode tornar mais fácil alcançar esse objetivo.

Fica, no entanto, um alerta. Mesmo que o Estado americano venha realmente a intervir como agente do Opep+, os preços vão demorar para voltar aos patamares anteriores, acima dos 50 dólares por barril. A demanda estará limitada pela crise do coronavírus. Assim, no Brasil, qualquer que seja a solução no cenário internacional,

a renda dos governos estaduais e municipais dependentes da receita petroleira cairá por um tempo longo e o emprego sofrerá diretamente com os cortes dos investimentos da Petrobras. É uma notícia ruim para nós cariocas e fluminenses.

* É professor do IE/UFRJ e ex-superintendente do BNDES.



Como anda a pesquisa no Estado do Rio de Janeiro?

Nada mais propício do que falar em pesquisa quando o governo tenta, em tempos de enfrentamento contra o Coronavírus (Covid-19), impulsionar o desenvolvimento científico e tecnológico como se, da noite para o dia, pudesse recuperar o tempo perdido da omissão, do desinvestimento e do sucateamento das agências de fomento. Por isso, buscamos explorar o campo de pesquisa e inovação no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a partir da análise orçamentária dos seus instrumentos: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e das universidades estaduais.

Iniciamos o texto com uma breve explicação teórica da importância da pesquisa para o desenvolvimento econômico. E comparamos a Faperj com as fundações que cumprem o mesmo papel no Estado de São Paulo (ESP) e em nível federal.

O período escolhido para análise foi de 2011 até março de 2020 e utilizamos como base os dados referentes às três instituições de ensino e da Faperj de 2011 a 2015 como Unidades Gestoras Executantes. Já os dados da Faperj de 2016 a 2020, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq) são referentes às suas Unidades Orçamentárias. Usamos como fonte para sua coleta os Portais de Transparência estaduais, o Relatório Gerencial do RJ, o Siga Brasil e os Relatórios Resu-



midos de Execução Orçamentária estaduais e federal.

Todos os dados foram deflacionados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de fevereiro de 2020.

E para que serve a pesquisa?

O desenvolvimento de um país ou região está amplamente conectado à geração de conhecimento, dado que a incorporação de progresso técnico através de inovações aumenta a produtividade do trabalho, elevando a renda per capita e a qualidade de vida da população¹. Dividem-se em três os atores de um Sistema de Inovação. Primeiramente temos as empresas, que investem em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para usarem e fornecerem tecnologias. Em segundo, o governo, que formula e execu-

ta políticas de ciência e tecnologia através de suas agências públicas. Por fim, instituições como universidades e centros de pesquisa. Na edição de junho de 2019 desta publicação², tocamos um pouco nesse primeiro ponto ao ressaltar a importância da inovação tecnológica para uma política industrial efetiva. A seguir, iremos nos voltar para os demais atores do Sistema de Inovação no ERJ: o governo, a partir da agência pública Faperj, e as instituições, a partir das universidades estaduais.

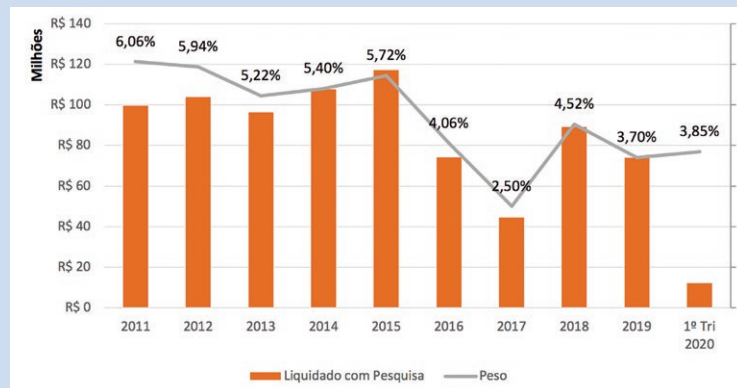
A pesquisa nas universidades: um símbolo de resistência

A partir da consulta realizada, filtramos os projetos de cada universidade voltados para o desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e inovação. Do total liquidado

com pesquisa em cada uma das instituições de ensino ao longo da série (2011-2020), podemos conferir que a Uerj é a instituição que corresponde à maior parcela em termos de execução e fomento à pesquisa, com um percentual total de 73,30% (R\$ 599,9 milhões), seguida pela Uenf com 22,43% (R\$ 183,6 milhões) e Uezo com 4,27% (R\$ 34,9 milhões).

Em se tratando do peso da despesa liquidada com pesquisa em relação ao orçamento total das instituições (Gráfico 1), essa se apresenta de forma quase que figurante, com variações tímidas em termos percentuais. Em 2011 atinge-se um percentual de 6,06% sobre o orçamento total, o que corresponde a R\$99,5 milhões. Apesar de não ser o maior valor em termos absolutos, é o maior obtido durante toda a trajetória em termos percentuais. No ano de 2017, alcançou-se o nível mais baixo, com um percentual de 2,50%, e o menor valor absoluto, com apenas R\$44,5 milhões liquidados em pesquisa. Similarmente, por volta desse período, verificamos uma queda no orçamento total das universidades, que pode ser atrelada à desaceleração na economia brasileira. A crise iniciada em 2014, acabou afetando o ERJ de forma mais aguda em 2016 e 2017, refletindo em suas universidades. Todavia, já constatamos que a perda no orçamento de pesquisa foi além dos termos absolutos e, apesar do percentual gasto na área se recuperar em 2018, nunca mais se atingiram os patamares observados nos primeiros anos da

Gráfico 1: Peso da pesquisa no orçamento das universidades



Fonte: Portal da Transparência (RJ).

série. Portanto, fica claro que a pesquisa está longe de ser prioridade nas despesas universitárias e que, em momentos de aperto, esse é um dos gastos a ser preterido.

Faperj: a mão de amparo à pesquisa no RJ

A Faperj foi criada em 1980 para estimular atividades nas áreas científica e tecnológica e apoiar projetos e programas de pesquisa a partir da concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores e instituições, da promoção e financiamento de ações que visem à modernização curricular do ensino nestas áreas e da assessoria ao Governo do Estado na formulação de políticas para ciência e tecnologia.

Seu financiamento está garantido na Constituição Estadual: segundo o Art. 332, 2% da receita tributária líquida se destinará à Faperj. Observamos que este percentual mínimo foi cumprido de 2011 a 2017. Porém, vale ressaltar que em todos esses anos os valores ficam em torno de 2% e 2,02%, ou seja, o que deveria ser um mínimo requerido por lei e ultrapassado quando possível, se tornou regra. Já em 2018, a lei

sequer foi cumprida e aplicou-se 1,99%, o que significou uma perda de R\$ 3 milhões.

Em seguida, analisamos a trajetória da despesa da Faperj via classificação por Grupo de Natureza de Despesa (GND). O baixo valor liquidado com despesas de pessoal observado no Gráfico 2 está relacionado à determinação de que a Faperj não pode gastar mais de 5% de seu orçamento com despesas administrativas, como firmado no artigo 5º da Lei Complementar Estadual nº 102/02. No limite estão inclusos, além dos gastos com pessoal, despesas obrigatórias de caráter primário e as com manutenção de atividades operacionais/administrativas ou serviços de utilidade pública. Assim, reforça-se a priorização dos gastos com pesquisa em estrito senso no balanço da instituição.

Com base no gráfico também pudemos conferir que a Fundação atingiu seu pico de investimento em 2014, com o montante de R\$ 190 milhões, nada mais que 40,75% do total liquidado no ano. Entretanto, esta marca fica longe de se repetir nos anos seguintes em termos percentuais e

atinge seu ponto mais crítico em 2018, com apenas 11,08% de seu liquidado em investimentos. Observamos que a queda em 2015 se deu, principalmente, a partir da brusca redução na ação “Desenvolvimento de Estudos e Pesquisa através da Faperj”, que só teve R\$ 8 milhões liquidados em investimento no ano, frente aos R\$ 66 milhões liquidados em 2014. Em 2017, a ação volta a ter alto investimento (R\$ 58 milhões), porém, o total investido não se recupera, sobretudo devido à falta da ação “Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico”, presente nos anos anteriores com cifras significativas, e a redução de outras como “Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual” e “(Fomento à) Inovação Tecnológica”.

A queda dos investimentos da Faperj reflete, em alguma medida, a diminuição do investimento total do ERJ a partir da crise estadual anunciada no final de 2014. Constatou-se uma redução de 90,34% no investimento total do estado entre 2014 e 2019, enquanto na Faperj, a redução foi de 63,48% no mesmo período.

Por outro lado, no grupo das Outras Despesas Correntes – que

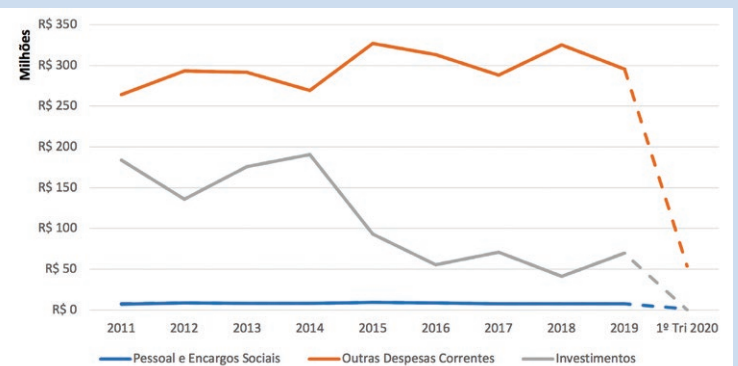
representou a maior parcela despendida em toda a série, com uma média de R\$ 296 milhões liquidados por ano entre 2011 e 2019 – não há grande oscilação. Dentre essas despesas, a que mais se destacou foi a ação “Apoio a Estudantes e Pesquisadores”, relacionada à concessão de bolsas e auxílio financeiro e que teve gasto médio de aproximadamente R\$ 120 milhões por ano.

Ao compararmos os valores liquidados em pesquisa nas três universidades apresentadas com a execução da Faperj ao longo dos anos, constatamos que a última se destaca durante todo o período analisado, com valores até quatro vezes superiores aos da pesquisa acadêmica. Sendo assim, fica evidente a importância da Faperj acerca do fomento à pesquisa e o amparo à ciência, tecnologia e inovação no ERJ.

Faperj frente aos outros instrumentos de pesquisa

Diante da constatação anterior, iremos comparar o orçamento da Faperj frente aos de outros dois instrumentos de importância semelhante, a nível estadual (refe-

Gráfico 2: Liquidado da Faperj com Pessoal, Investimentos e Outras despesas correntes



Fonte: Portal da Transparência (RJ).

rindo-se ao ESP) e a nível federal: a Fapesp e o CNPq.

A fim de fazer uma comparação mais precisa, ponderamos os valores liquidados das instituições pelo total liquidado em despesas primárias no orçamento do Estado ou da Federação³. Dessa forma, percebemos que a parcela orçamentária destinada à Fapesp é geralmente maior que a destinada à Faperj (exceto em 2016), que por sua vez é maior que a destinada ao CNPq. O percentual federal destinado ao CNPq atinge seu ápice com 0,21% em 2013, valor baixo frente aos ápices da Fapesp (0,71%) e da Faperj (0,64%), em 2012 e 2016, respectivamente. Encontramos uma média histórica de 0,58% para Faperj, 0,66% para Fapesp e 0,14% para CNPq.

Tendo em mente os percentuais comparativos, podemos nos debruçar sobre os valores absolutos (gráfico 3). A série apresenta o maior valor liquidado no ano de 2013 para as três Fundações: R\$475 milhões na Faperj, R\$1,75 bilhão na Fapesp e R\$2,75 bilhões no CNPq. Podemos realçar a grande discrepância entre os montantes atribuídos para a Faperj e a Fapesp (o valor da última é 72,82% maior), uma vez que ambas são de nível estadual.

A partir de 2014, observamos tendência de queda para as três Fundações. Os menores valores aparecem em 2017 para a Faperj (R\$367 milhões), em 2018 para o CNPq (1,34 bilhões) e em 2019 para a Fapesp (R\$1,35 bilhões). Aqui, é válido destacar a proximidade dos valores entre Fapesp e CNPq, apesar de estarem em esferas diferentes.

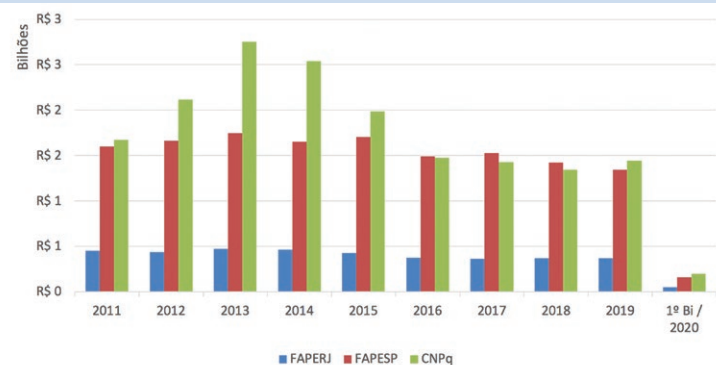
Assim como na Faperj, o GND que apresenta maior peso é o de Outras Despesas Correntes nas demais Fundações. Em média (2011-2019) o gasto corrente foi de R\$1,4 bilhão e R\$1,6 bilhão para a Fapesp e o CNPq, respectivamente. Também como na Fundação fluminense, as demais têm a maior parcela dessas despesas associadas à concessão de bolsa e auxílio financeiro para estudantes e pesquisadores. Já os investimentos aparecem em percentuais mais baixos novamente nas três esferas, com média de R\$ 112 milhões na Faperj, R\$80 milhões na Fapesp e R\$24 milhões no CNPq. O valor baixo desta última, mesmo se tratando de uma escala nacional, pode ser explicado pela maior ênfase na formação de recursos humanos qualificados para a pesquisa através da concessão de bolsas.

Diante do exposto, fica evidente que o montante destinado à pesquisa no ERJ é pequeno quando comparamos com o ESP e que a diferença continua mesmo ao analisar o percentual desse montante no orçamento primário total. Essa situação é de extrema relevância e deve ser digna de preocupação, pois, como dito no início do texto, a pesquisa cumpre importante papel no desenvolvimento de uma região e o ERJ, passando por um momento de crise, deveria reconhecê-la.

Considerações Finais

Nesse horizonte, devemos reconhecer que a pesquisa é uma atividade básica da ciência e possui papel essencial não apenas na transmissão de conhecimen-

Gráfico 3 – Valores liquidados



Fonte: Portal da Transparência (SP/RJ) e Siga Brasil.

to, mas na sua geração. Portanto, é necessário que se combata o discurso de relativização da produção de conhecimento científico, sobretudo do conhecimento produzido pelas universidades, pois possui um objetivo claro de promover o dismantelamento do apoio estatal às instituições responsáveis. Em uma sociedade onde o conhecimento se dá em pequenos passos, desprezar esta área significa condicionar o corpo social à subserviência econômica, tornando-o dependente em escala global da pesquisa e conhecimento desenvolvidos por outros países e sem perspectivas de que se subverta tal condição. Vale lembrar também que essa dependência pode ser agravada em momentos de crise como a que estamos vivendo atualmente.

De fato, observamos ao longo do texto que a crise estadual do RJ coincidiu diretamente com a redução das despesas com pesquisa nas universidades estaduais e na Faperj. Cabe a leitura de que recursos para ciência e tecnologia não são apenas gastos, mas sim investimentos, e que estes sempre trarão retornos

positivos para a sociedade.

Pena que tenhamos que sentir na pele o atraso científico e tecnológico de décadas nacional em tempos de Covid-19. Que aprendamos com os erros do passado de modo a incrementar, estrategicamente, investimento em educação e pesquisa. Precisamos de um “Estado Certo”, da dimensão de nossa criatividade, da magnitude de nossos problemas históricos, do tamanho de nossa dívida social, da grandeza de nosso povo.

1 BOCHI, C. G. *Inovação e Desenvolvimento Econômico: uma análise dos instrumentos disponíveis de apoio à inovação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

2 <https://www.corecon-rj.org.br/anexos/D6FBA3C005423E4949B4B1DEA-9F469CD.pdf>

3 Os dados foram coletados dos RREOs de cada ente (integrados no RREO). No caso da federação, os demonstrativos de resultado primário até 2013 continham apenas as despesas primárias liquidadas e, a partir de 2014, apenas as pagas. Por isso, os valores utilizados para o cálculo neste ente são referentes às despesas primárias liquidadas nos três primeiros anos e, nos exercícios seguintes, referem-se às despesas primárias pagas.